

NEXIA TEIXEIRA Auditores

Audit, Advisory & Tax

CONSERVATION INTERNACIONAL DO BRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

12 de maio de 2014



CONSERVATION INTERNACIONAL DO BRASIL

CONTEÚDO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	4
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19



QUADRO I

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

R\$				R\$			
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado
Circulante				Circulante			
Disponibilidades e Equivalentes de Caixa	5	2.965.142	4.592.010	Doações concedidas a pagar	10	36.450	331.316
Doações a receber	6	6.187.196	1.435.601	Obrigações fiscais e tributárias	11	323.322	308.027
Adiantamentos		58.585	60.068	Obrigações trabalhistas	12	725.964	768.372
		9.210.923	6.087.679			1.085.736	1.407.715
Não Circulante				Não Circulante			
Aplicação financeira vinculada	7	5.000.000	5.000.000	Projetos a executar	13	7.231.536	3.179.609
Imóvel destinado a venda	8	2.800.000	2.800.000	Receitas a apropriar	14	6.331.832	6.112.079
Imobilizado	9	368.622	506.970			13.563.368	9.291.688
		8.168.622	8.306.970	Patrimônio Social			
				Fundo de patrimônio social	15	3.695.246	2.372.850
				(Déficit) Superávit do exercício		(964.805)	1.322.396
						2.730.441	3.695.246
TOTAL DO ATIVO		17.379.545	14.394.649	TOTAL DO PASSIVO		17.379.545	14.394.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



QUADRO II**CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL****DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS E DA DESPESAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM**

		R\$	
	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS			
Recebimentos CI/Washington		5.970.290	8.902.872
Doações individuais		269.774	242.561
Corporações	16	3.049.458	5.402.370
Governo não U.S.		-	553.628
Venda de produtos		164.626	152.606
Receitas financeiras		179.736	195.858
Fundações	17	1.720.973	812.561
Outras receitas		-	10.500
		11.354.857	16.272.956
DESPESAS			
Despesas concedidas		132.392	1.125.135
Despesas com pessoal	18	7.426.467	7.827.186
Despesas gerais e administrativas	19	2.433.103	2.886.458
Despesas com projetos	20	1.352.795	2.005.905
Despesas com ocupação		818.684	939.656
Depreciação		156.221	166.220
		12.319.662	14.950.560
DÉFICIT (SUPERÁVIT) DO EXERCÍCIO		(964.805)	1.322.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



QUADRO III

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

			R\$
	Fundo patrimonial	Superávit/Déficit do exercício	Total
Saldo em 31 dezembro de 2011	1.467.669	905.181	2.372.850
Incorporação ao patrimônio social	905.181	(905.181)	-
Superávit do exercício	-	1.322.396	1.322.396
Saldo em 31 dezembro de 2012	2.372.850	1.322.396	3.695.246
Incorporação ao patrimônio social	1.322.396	(1.322.396)	-
Déficit do exercício	-	(964.805)	(964.805)
Saldo em 31 dezembro de 2013	<u>3.695.246</u>	<u>(964.805)</u>	<u>2.730.441</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



QUADRO IV

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit (superávit) do exercício	(964.805)	1.322.396
Depreciação	156.221	166.220
Valor residual do imobilizado	12.574	59.876
Déficit (Superávit) ajustado	(796.010)	1.548.492
(Aumento) redução de doações a receber	(4.751.595)	2.154.317
Redução de adiantamentos	1.483	52.116
Impostos a recuperar		7.315
Redução de doações a pagar	(294.866)	(623.139)
Aumento de obrigações fiscais e trabalhistas	15.295	68.108
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas	(42.408)	172.160
Aumento (redução) de projetos a executar	4.051.927	(2.356.932)
Outras contas a pagar	-	(12.943)
Aumento proveniente do rendimento sobre a aplicação financeira da venda do terreno	219.753	(49.962)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(800.411)	(588.960)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compras Imobilizado	(30.447)	(227.715)
Caixa líquido das atividades de investimento	(30.447)	(227.715)
(Redução) Aumento das disponibilidades financeiras	(1.626.868)	731.817
Demonstração da variação das disponibilidades financeiras		
Disponibilidades no início do exercício	4.592.010	3.860.193
Disponibilidades no final do exercício	2.965.142	4.592.010
Variação líquida das disponibilidades	(1.626.868)	731.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



QUADRO V

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM

DESCRIÇÃO	R\$			
	31/12/2013	31/12/2012		
1 – RECEITAS	11.175.121	16.066.598		
1.1) Doações recebidas	11.010.495	15.903.493		
1.2) Receitas de Consultorias	164.626	152.605		
1.3) Resultado de Alienação de Imobilizado	-	10.500		
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui tributos)	3.760.425	5.760.510		
2.2) Doações Concedidas (Parcerias)	132.392	1.125.135		
2.2) Custos das atividades estatutárias (Preservação ambiental)	1.352.795	2.005.905		
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	2.275.237	2.629.471		
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	7.414.696	10.306.088		
4 – RETENÇÕES	156.220	166.220		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	156.220	166.220		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	7.258.476	10.139.868		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	179.736	195.858		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-	-		
6.2) Receitas financeiras	179.736	195.858		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	7.438.212	10.335.726		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*	7.438.212	100,0%	10.335.727	100,0%
8.1) Pessoal e encargos	4.963.126	66,7%	5.613.884	54,3%
8.2) Impostos, taxas e contribuições (Governo)	2.621.207	35,2%	2.459.789	23,8%
8.3) Juros e aluguéis	818.684	11,0%	939.657	9,1%
8.4) Superávit / Déficit do exercício	(964.805)	-13,0%	1.322.396	12,8%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Conservation International do Brasil** ("Entidade") é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como finalidade dedicar-se à integração de esforços para a conservação da biodiversidade com aqueles que promovam a melhoria de vida do Homem, através de demonstração da viabilidade de modelos de desenvolvimentos sustentados.

A missão da Entidade é promover o bem estar humano fortalecendo a sociedade no cuidado responsável e sustentável para com a natureza - nossa biodiversidade global, amparada em uma base sólida de ciência, parcerias e experiências de campo. Objetiva colaborar no alcance de um mundo próspero e saudável, no qual a sociedade tenha o compromisso de cuidar da natureza - nossa biodiversidade global – e de valorizá-la para o bem-estar permanente das pessoas e de todas as formas de vida na Terra.

Para desenvolver as suas atividade no Brasil, a Entidade depende substancialmente dos recursos doados pela Conservation International Foundation dos Estados Unidos, embora nos últimos anos esteja constantemente procurando estabelecer Termos de Parceria com empresas que possuem projetos de proteção ao meio ambiente, em linha com os seus interesses (Notas explicativas 6 e 13).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (Resolução CFC 1409/12).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 08 de maio de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras

A entidade considera equivalentes de caixa: (i) uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, e/ou (ii) um investimento quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



b) Doações a receber

Estão demonstradas pelos valores de contratos firmados com terceiros para execução de projetos cujos recursos ainda não foram recebidos.

c) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Estão apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável às variações monetárias.

d) Imóvel destinado a venda

Demonstrado ao custo da doação recebida.

e) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das depreciações calculadas pelo método linear às taxas demonstradas na Nota explicativa 9.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

g) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial na data do balanço.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

h) Uso de estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da entidade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas são reconhecidos no período em que são revistas.

i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo não apresentam efeito relevante para serem ajustados a valor



presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

4. REAPRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL DE 2012

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentado pela Entidade para fins de comparabilidade e aprovado por sua administração em 06 de maio de 2013, foi reclassificado na presente apresentação das demonstrações financeiras de 2013 para manter uma base de comparação uniforme. As reclassificações foram:

Descrição da conta	Valor (R\$)	Grupo anteriormente demonstrado	Grupo para o qual foi reclassificado
Aplicação financeira vinculada (venda do Terreno)	5.000.000	Caixa e equivalente de caixa	Ativo não circulante
Imóvel destinado a venda	2.800.000	Imobilizado	Ativo não circulante
Total	7.800.000		

5. DISPONIBILIDADES E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	5.800	4.800
Caixa Econômica Federal	-	79.429
Banco Itaú – Savings	2.215.818	4.111.055
Banco Itaú	53.698	76.925
Banco Itaú – BH Fubio	50.857	259.159
Banco Itaú – Rio de Janeiro	8.238	21.722
Banco do Brasil – Brasília	20.528	17.279
Banco do Brasil – Caravelas	7.354	12.156
Banco do Brasil – Belém	23.728	9.233
Banco do Brasil - 3297 - 2/5030-x	-	252
Banco Itaú BH TEEB - 3117/05945-5	510	-
Banco Itaú PETROBRÁS - 3117/07658-2	460.071	-
Banco Itaú BH - FIEB - 3117/08472-7	118.540	-
	2.965.142	4.592.010

Em 2013 a aplicação financeira vinculada à venda da Fazenda Rio Negro, de R\$ 5 milhões, foi reclassificada para o Ativo Não Circulante, tendo em vista que há uma indefinição sobre quando este recurso estará disponível para ser utilizado já que, conforme descrito na Nota explicativa nº 8, a Entidade foi autuada pelo não recolhimento de ITR cuja exigibilidade está sendo discutida administrativamente. Em face disso, a entidade também reclassificou em 2013 a aplicação financeira que, em 2012, estava demonstrada no ativo circulante, para fins de manter a comparação das demonstrações financeiras nos dois exercício (vide Nota explicativa 4).



6. DOAÇÕES A RECEBER

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente	-	104.716
Natura Cosméticos	115.441	210.000
Ministério da Pesca e Aquicultura	-	176.089
Fundo Brasileiro de Biodiversidade - 145051	213.770	298.012
Fundo Brasileiro de Biodiversidade - 145071	189.386	-
ATE V – Londrina Transmissora de Energia	-	248.784
Vale – Contrato nº 045111	420.740	-
Vale – Contrato n 245151	-	398.000
Empreendimentos e Participações B4 Ltda.	173.127	-
Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS	2.926.394	-
FAPUR - Fundação Universidade Rural Rio de Janeiro	1.883.759	-
Outros	264.579	-
	6.187.196	1.435.601

Refere-se a doações a serem recebidas decorrente de Termos de Parceria assinados com terceiros cujos recursos serão aplicados em projetos visando o desenvolvimento da biodiversidade.

7. APLICAÇÃO FINANCEIRA VINCULADA

Conforme descrito na Nota explicativa nº 8, o saldo da aplicação financeira vinculada, de R\$ 5 milhões, refere-se ao recebimento antecipado de Arras Confirmatórias originária da venda da Fazenda Rio Negro ocorrida em 2010. Este ativo possui liquidez imediata, embora o saldo esteja classificado no Ativo não circulante para fins de apresentação das demonstrações financeiras.

Os rendimentos originários dessa aplicação financeira passarão a ser utilizados pela Entidade no decurso normal das suas atividades conforme entendimentos mantidos com a CI-HQ. Em face disto, tais rendimentos não estão compondo o saldo da aplicação financeira.

A entidade reclassificou em 2013 a aplicação financeira que em 2012 estava demonstrada no ativo circulante, para fins de manter comparação com as demonstrações financeiras deste exercício (vide Nota explicativa 4).

8. IMÓVEL DESTINADO A VENDA

O saldo desta conta refere-se ao Imóvel denominado Fazenda Rio Negro situado no Município de Aquidauana – MS, de propriedade da Entidade por recebimento como doação, com área de 7.647 ha, que se encontra gravado com arrolamento de bens e direitos expedido em 29 de maio de 2008 pela Receita Federal de Campo Grande – MS em face de existirem débitos fiscais pelo não recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR dos exercícios de 2003 a 2005.



Este imóvel foi destinado à venda em 1º de outubro de 2010, conforme Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda firmado com a Agropecuária Santana do Deserto Ltda., pelo valor de R\$ 7.200.000, cuja transação tem caráter irrevogável e irretratável. A entidade já recebeu R\$ 5 milhões a título de Arras Confirmatórias pela venda efetuada, cujos recursos estão mantidos em aplicações financeiras (Nota explicativa 7). Conforme a cláusula sexta deste contrato a compradora tomou posse provisória da Fazenda. Caso haja resolução contratual da venda do imóvel por parte da entidade a compradora poderá a seu critério requerer em juízo a adjudicação da Fazenda Rio Negro ou exigir a devolução do valor em dobro das Arras Confirmatórias paga, acrescido de correção monetária, juros de 1% ao mês, custas processuais e honorários advocatícios. A conclusão da venda do imóvel e consequentemente a sua baixa contábil, depende da resolução do processo administrativo na Receita Federal do Brasil (Nota explicativa 21).

9. IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, a entidade decidiu não utilizar o custo atribuído pelo fato de entender que os valores contábeis registrados são condizentes com seus valores justos. Outro ponto abordado por esses normativos refere-se à revisão da taxa de depreciação dos ativos imobilizados. A entidade entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

A movimentação e o saldo do imobilizado são assim demonstrados:

Descrição	R\$						Taxas anuais efetivas de depreciação
	31/12/2011	Adição	Baixas	31/12/2012	Adição	Baixas	
Custo							
Móveis e equipamentos	1.468.178	194.129	(59.876)	1.602.431	30.447	(178.769)	10% e 20%
Veículos	77.630	33.586	-	111.216	-	(25.047)	20%
Total	1.545.808	227.715	(59.876)	1.713.647	30.447	(203.816)	
Depreciação acumulada							
Móveis e equipamentos	(996.408)	(147.336)	-	(1.143.744)	(134.211)	166.613	
Veículos	(44.049)	(18.884)	-	(62.933)	(22.010)	24.629	
Total	(1.040.457)	(166.220)	-	(1.206.677)	(156.221)	191.242	
Total do Imobilizado líquido	505.351	61.495	(59.876)	506.970	(125.774)	(12.574)	

10. DOAÇÕES CONCEDIDAS A PAGAR

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste – CEPAN	50	50
Centro de pesquisas ambientais do Nordeste – CEPAN	-	132.192
Fundação Neotropica	-	44.452
Instituto Lina Galvani	-	109.772
Mariana Afonso Abade Couceiro	-	1.950
Marina Shulz Cristo	-	9.100
Ana Beatriz Moraes	-	9.100
Fabício Fernandes	-	9.100
Carol Fortunato Oliveira	-	6.500
Maria Joana da Silva Specht	-	7.800
Juliana dos Santos Ribeiro	-	1.300
Anamelia de Souza Jesus	13.650	-
Fernanda Pedreira Tabacow	13.650	-
Thiago Cavalcante Ferreira	9.100	-
	36.450	331.316



11. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

O saldo de R\$ 323.322 em 31 de dezembro de 2013 (2012- R\$ 308.027) decorre substancialmente de INSS a recolher apurado sobre a folha de pagamento, bem como os compromissos com FGTS e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Decorrem do saldo a pagar de férias a serem concedidas aos colaboradores, de R\$ 538.901 (2012 – R\$ 768.372) em 31 de dezembro de 2013 mais os encargos de INSS e FGTS que totalizam R\$ 187.063.

13. PROJETOS A EXECUTAR

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Alcoa Fundation	-	1.397
Agropalma	19.729	-
Monsanto do Brasil	105.059	1.093.913
Londrina Transmissora de Energia	9.260	202.724
City Foundation	170.757	139.216
Fundo Brasileiro de Biodiversidade	403.156	557.172
Natura Cosméticos	115.441	198.800
Banco Santander	19.789	53.743
SEMA - Secretaria do Meio Ambiente	-	179.415
Instituto Walmart	7.707	179.034
Vale - TEEB 245081	95.604	126.783
Vale - VALE MAIS 245151	-	271.323
Vale S/A - VALE MAIS - C45111	420.740	-
Ministério da Pesca e Aquicultura	-	176.089
FIEB - Federação Industrias Estado Bahia	103.904	-
CLUA - Climate and Land Use Alliance	627.110	-
Empreendimentos Participações P4 Ltda	173.127	-
Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS	2.926.394	-
FAPUR - Fundação Apoio Pesquisa UFRRJ	1.883.759	-
Agropolo Mucugê/Ibicoara - Bahia	150.000	-
	7.231.536	3.179.609

Referem-se a recursos provenientes de contratos assinados (Nota explicativa 6), a serem aplicados em projetos visando o desenvolvimento e sustentabilidade da biodiversidade.



14. RECEITAS A APROPRIAR

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Fazenda Rio Negro (a)	6.324.821	5.997.016
Giz – Contrato nº 45071 (b)	7.011	109.113
Giz – Contrato nº 45081 (c)	-	5.950
	6.331.832	6.112.079

a) Fazenda Rio Negro

O saldo de R\$ 6.324.821 decorre do recebimento antecipado em outubro de 2010 da Arras Confirmatória de R\$ 5 milhões, decorrente da alienação da Fazenda Rio Negro, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8. O adiantamento recebido é mantido em aplicação financeira líquido dos rendimentos auferidos. O valor deste passivo está pendente de ser reconhecido como receita por ainda não ter ocorrido o desfecho das contestações aos autos de infração recebidos pela entidade pelo não recolhimento do ITR desta propriedade devido no período de 2003 a 2005.

Após a regularização do débito fiscal da Fazenda e a concretização da sua venda, os recursos serão destinados à aplicação na conservação e ao uso sustentável da biodiversidade do bioma Pantanal.

b) Giz – Contrato nº 45071

Refere-se a recursos originários da Agência Giz Brasil que serão geridos pela entidade para serem aplicados em projetos visando à proteção e gestão de Terras Indígenas – Sistematização Biodiversidade - América Latina.

c) Giz – Contrato nº 45081

Refere-se a recursos originários da Agência Giz Brasil que foram geridos pela entidade e aplicados em projeto visando a elaboração conceito de proposta CISA – Centro Internacional de Sustentabilidade da Amazônia.

15. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social é constituído pelas contribuições iniciais dos instituidores, acrescido ou diminuído, respectivamente, do superávit ou déficit inerente às atividades da Entidade ao término de cada exercício social.

O resultado superavitário de R\$ 1.322.396 em 2012 decorreu sobretudo pelo fato das doações feitas por Conservation International Foundation dos Estados Unidos, terem sido maiores do que as de 2013. Por outro lado o resultado deficitário de 2013, de R\$ 964.805, decorreu em face das despesas terem sido maiores do que as receitas. Parte destas despesas foram suportadas sobretudo pelos caixa excedente do recursos recebidos em 2012.



16. RECEITA DE CORPORAÇÕES

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Monsanto do Brasil Ltda - 245021	902.029	3.343.156
Alpargatas S/A - 945011	506.229	371.242
Empreendimentos e Participações B4 Ltda. - 245171	271.873	-
Vale S/A - Termo de Parcerias VALE MAIS - 245151	271.323	126.677
Vale S/A - Termo de Parcerias VALE MAIS - C45111	258.050	-
Agropalma S.A. - 245161	205.574	134.612
ATE V-Londrina Transmissora de Energia S/A - Abengoa Brasil - 245121	193.464	97.276
Instituto Walmart - 245141	173.327	20.966
Monsanto do Brasil Ltda - 245111 TEEB	86.825	168.116
Natura Cosméticos S/A - 245101	83.360	161.200
Banco Santander S/A - 245131	33.953	32.257
Vale S/A - Termo de Parcerias - TEEB - 245081	31.179	233.216
Estre Ambiental S/A	20.000	-
Natural Capital Scotland LTD	6.720	-
Casa da Palavra	5.552	-
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade- Funbio-KFW - 245041	-	311.984
Vale S/A - Termo de Parcerias - 245071	-	263.335
Instituto Walmart - 245051	-	138.333
	3.049.458	5.402.370

17. RECEITA DE FUNDAÇÕES

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
CLUA - Climate and Land Use Alliance - 145081	495.954	-
FIEB - Federação das Industrias do Estado da Bahia - 145061	346.096	-
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade -FunBio-TFCA - 145051	343.402	-
United Way Worldwide (Citi Fdn) - 145091	229.384	-
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade- Funbio (TFCA Redes) - 145071	154.674	-
City Foundation - United Way Worldwide - 145041	139.216	4.503
Resources Lagacy Fund	10.850	-
Alcoa Fundation - 145011	1.397	202.097
Fondation d'Entreprise Alstom - 145021	-	205.962
ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa	-	400.000
	1.720.973	812.561

18. DESPESAS COM PESSOAL

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Salários dos Funcionários no Brasil	4.133.368	4.381.125
Encargos Sociais e Benefícios	3.128.532	3.350.711
Diárias de Viagens Internacionais	54.437	42.101
Outras Despesas	110.130	53.249
	7.426.467	7.827.186

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Serviços Contratados	1.613.890	1.893.837
Pessoal	59.893	58.600
Telefone	169.723	185.683
Internet	87.199	88.924
Despesas Tributárias	181.127	260.840
Despesas com Buffet	149.628	169.586
Materiais de Escritório	31.768	39.550
Despesas Financeiras	22.081	18.116
Manutenção de Moveis e Equipamentos	29.705	13.589
Livros e subscrição	17.899	45.528
Outras Despesas	70.190	112.205
	2.433.103	2.886.458

20. DESPESAS COM PROJETOS

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Passagem aérea	422.780	581.763
Custo de Transporte	272.955	284.462
Hospedagem e refeição	203.016	320.813
Despesas Viagem para Não Empregados	120.863	11.015
Reembolso a Consultores	94.169	554.498
Locação P/ Reunião e Evento	83.394	1.685
Suprimento de Campo	69.636	104.506
Outras Despesas	85.982	147.163
	1.352.795	2.005.905

21. PASSIVOS CONTINGENTES

A administração da Entidade adota a prática de revisar periodicamente com seus consultores jurídicos externos a evolução de cada um dos processos em que a Entidade se envolve em razão das suas atividades. Na revisão efetuada em 31 de dezembro de 2013, a Administração concluiu ser desnecessária a constituição de qualquer provisão para contingência.

Todavia, existem Passivos contingentes não reconhecidos em face dos assessores jurídicos da Entidade informarem que prognóstico de perda nos processos é considerado possível. A natureza das ações existentes e os valores envolvidos são os seguintes:

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Tributária	7.129.867	5.375.545
Trabalhista	13.946	30.000
	7.143.813	5.405.545

O passivo contingente de natureza tributária refere-se ao não recolhimento do ITR conforme descrito das Notas explicativas 8 e 14a).

Os honorários advocatícios para suportar os serviços prestados pelos Assessores Jurídicos que patrocinam a condução de revisão das autuações tributárias, são de responsabilidade da Conservation International Foundation dos Estados Unidos.

22. SEGUROS

A Conservation International do Brasil mantém seguros para fazer face a eventuais sinistros de naturezas diversas, sendo os valores segurados considerados suficientes pelos administradores da Entidade, assim demonstrados:

Cobertura	Valor (R\$)
Incêndio, queda e raio e explosão	2.560.000
Danos elétricos	65.000
Despesas decorrente de incêndio	30.000
Subtração de bens	12.000
Recomposição de documentos	35.000
Perda/pagamento de aluguel	96.000
Cível	2.000.000

Diretoria Colegiada

José Alexandre Felizola Diniz Filho
Presidente

Viviane Ude de Sousa Junqueira
Diretora de Operações

Responsável Técnico
José Augusto Rocha Magalhães
Gerente de Contabilidade e Parcerias
CRC MG 39.937/O-2



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL

Examinamos as Demonstrações financeiras da Conservation International do Brasil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da despesa e da receita, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma Opinião sobre essas Demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalva.



Base para Opinião com ressalva

A Entidade mantém reconhecido no Contas a receber em contrapartida ao Passivo não circulante (Projetos a executar) o saldo de R\$ 6.187 mil, relativo aos valores de contratos firmados por ela com terceiros para execução de projetos cujos recursos ainda não foram recebidos. Este critério de reconhecimento está em desacordo com as práticas contábeis brasileiras. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2013 o Ativo e o Passivo não circulante estão demonstrados a maior por este valor.

Adicionalmente, estas mesmas contas do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins de comparabilidade, estão afetadas por esta mesma prática de reconhecimento de direitos e obrigações. Não nos foi possível determinar os ajustes que seriam requeridos naquele exercício para eliminar tais efeitos entre estas contas do ativo e do passivo.

O modelo adotado pela entidade para reconhecimento deste Contas a Receber em contrapartida a Projetos a executar objetiva demonstrar os montantes de recursos que serão transacionados por ela num futuro próximo.

Opinião com ressalva

Em nossa Opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conservation International do Brasil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002).

Ênfase

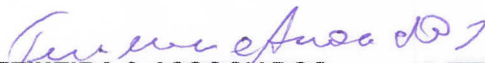
Conforme descrito nas Notas explicativas 8, 14a e 21, está pendente de definição pela Entidade junto as autoridades fiscais se haverá necessidade de efetuar o recolhimento de débitos relacionados ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural não recolhidos entre 2003 e 2005 e para os quais não há provisão para pagamento reconhecida tendo em vista que o prognóstico considerado pelos assessores jurídicos da Entidade na solução deste assunto é considerado como perda possível. O saldo deste passivo contingente atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 7.130 mil.

Outros assuntos

- 1) Examinamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA) apresentada no Quadros V referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar não obrigatória para as demais entidades. Essa Demonstração foi submetida ao mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa Opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito em Base para Opinião com Ressalva.
- 2) As Demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram opinião sem ressalvas em 06 de maio de 2013.

- 3) Nossa auditoria foi conduzida para emitir uma opinião sobre as Demonstrações financeiras da Entidade tomadas em conjunto. O nosso trabalho não alcançou efetuar uma auditoria com vistas a verificar a adequação dos gastos dos contratos e termos de convênio firmados pela Entidade com terceiros.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2014


TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC-MG 5.194




ADRIANO REZENDE THOMÉ
Sócio
Contador CRC MG-77.874-O/6